

Estados só querem

onomia

Jornal de Brasília • 14

pagar 10% da dívida

Dívida Pública
004
Reportagem 0219

Alfari Silva 15.10.87

Belo Horizonte — Os secretários de Fazenda dos estados, reunidos nesta capital desde terça-feira, chegaram ontem a um acordo sobre o teor do anteprojeto que será encaminhado ao Senado até o próximo dia 10 como uma emenda ao Orçamento da União. Ele prevê o pagamento de apenas 10% do total da dívida externa dos estados vencíveis em 1989 e a rolagem integral dos demais 90% que seriam pagos em 12 anos com cinco de carência, com os juros capitalizados a partir do sexto ano.

O anteprojeto resultou de uma fusão das minutas elaboradas por técnicos das secretarias da Fazenda de Minas e São Paulo e contraria a pretensão da União de rece-

ber dos estados, em 1989, 25% de suas dívidas vencidas e 25% da vencida. Além disso, o anteprojeto assegura aos estados recursos em moeda estrangeira decorrentes da renegociação da dívida externa. Estes recursos, nunca inferiores a 50% do montante refinanciado pelo Governo Federal, seriam destinados ao pagamento dos serviços da dívida e novos investimentos.

A proposta dos secretários baseia-se no consenso entre eles de que os estados não são capazes de cumprir o exigido pela União. Entre os secretários, a confiança na aprovação pelo Senado do anteprojeto que lhe será proposto é muito grande.

Governadores virão dia 13

Os governadores do PMDB vão se reunir em Brasília no próximo dia 13 — um dia antes de o deputado Ulysses Guimarães assumir interinamente a presidência da República — para defender junto aos membros da Comissão de Orçamento do Congresso a alteração do Orçamento da União para o exercício de 1989, proposto pelo presidente José Sarney.

Os governadores não aceitam pagar 25% da dívida de seus Estados, dos últimos quatro anos, conforme estabelece a proposta do orçamento do Governo. Eles alegam que toda a arrecadação dos Estados com a reforma tributária prevista na nova Constituição seria compro-

metida com o pagamento da dívida de seus Estados, não sobrando recursos para novos investimentos.

Para os governadores — e isso já foi dito ao presidente Sarney pelo governador de Minas, Newton Cardoso — o máximo que os Estados podem pagar é 10% da dívida. E a rolagem do restante seria nos mesmos moldes da negociação da dívida externa brasileira: cinco anos de carência e mais sete para pagar.

Na reunião do dia 13, os governadores querem criar clima propício, junto aos membros da Comissão de Orçamento, para o atendimento de suas reivindicações.